

CONGRESSO DA LASA (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION). CONTINENTAL PLAZA HOTEL, GUADALAJARA, MEXICO, 17 A 19 DE ABRIL DE 1997.

REDES DE SOLIDARIEDADE E MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS URBANOS

Breno Augusto SOUTO-MAIOR FONTES¹

I Introdução

Este texto tem por orientação básica a problemática que venho desenvolvendo há algum tempo: associativismo urbano (consubstanciado nos movimentos de bairro) e redes de solidariedade, que têm expressão não somente nestes movimentos urbanos, mas em uma série de processos de sociabilidade que os habitantes vivenciam, que vão desde as redes de parentesco e amizade até fórmulas associativas construídas para o enfrentamento de situações não favoráveis que o cotidiano frequentemente oferece aos pobres urbanos.

Estas questões são aqui examinadas a partir da análise da estruturação das redes de solidariedade, expressas tanto informalmente quanto a nível de organizações políticas voluntárias urbanas (associações de moradores). Neste caso, não nos interessa estudar o mecanismo de funcionamento das associações de moradores e sua relação com a esfera política local. Nosso interesse se dirige, de um lado, para a análise dos aspectos relacionados ao processo de organização comunitária (investigação do processo associativo, a partir da reconstituição dos esforços coletivos da comunidade para o enfrentamento de um espaço habitacional inadequado, o que requer muitas vezes que a ação coordenada para a construção de bens públicos seja feita de forma associada e privadamente - isto é, a partir do esforço dos moradores através de mutirões -, seja a partir da organização comunitária para a reivindicação junto ao setor público); por outro lado, para o estudo destas práticas políticas dos movimentos populares, inseridos em projetos de gestão participativos. Estas práticas, entretanto, serão examinadas a partir da perspectiva da relação entre a Associação e seus membros, quer dizer, da relação entre as lideranças e sua base na formulação das políticas, no controle da ação pública, bem como a direção da prática política da associação, quer dizer, como a Associação de Moradores mobiliza recursos para instrumentalizar os seus objetivos.

Neste sentido, destaca-se como temática principal de nossa análise a questão das redes de sociabilidade que os habitantes constroem em seu cotidiano, e que a partir destas redes os processos de solidariedade emergem. Os dados que comentamos neste artigo provêm de pesquisas que estamos realizando em uma área de morros da zona Norte do Recife², área bastante populosa e com larga tradição associativa. Na primeira fase da pesquisa aplicamos um questionário em uma amostra de uma área composta por seis bairros e população em torno de 100.000 habitantes.

Esta área faz parte de um conjunto de cerca de 15% da área total do município e tem por característica principal o fato de ser uma zona de alta declividade e com grandes riscos para uso habitacional. Sua ocupação se dá a partir da década de 40, com a invasão dos antigos espaços habitacionais populares das

¹ Professor Adjunto do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPE. Este artigo está baseado nos dados da pesquisa "Gestão Urbana, poder Local e cidadania", e "assentamentos populares urbanos e meio ambiente:", financiadas pelo CNPq. Agradeço a colaboração de Alcides e Tarcísio, bolsistas de Iniciação científica, e David nascimento, Bolsista de Apoio Técnico do CNPq. Este artigo faz parte do Grupo de Trabalho da LASA97 intitulado "Social Movements, Consciousness and Community Networks (SOC23), da Seção Temática Social Movements, Coordenada por Joe Foweraker

² Ver CNPq/UFPe "Gestão urbana, poder local e cidadania", projeto de pesquisa; CNPq/IDRC(Canadá)/UFPe/FUNDAJ "assentamentos populares urbanos e meio ambiente", projeto de pesquisa. Ver também os relatórios de pesquisa enviados às agências financiadoras.

planícies (os mocambos) por setores de classe média, é caracterizada por uma ocupação desordenada, com dotação de equipamentos de infra-estrutura urbana totalmente à mercê de seus habitantes, em um primeiro momento. Recentemente, em razão de um vigoroso movimento associativo, a área tem sido objeto de atenção do setor público. São bastante conhecidas as ações do movimento comunitário, notadamente a partir da década de 70. As diversas associações de moradores existentes bem como a notável capacidade de mobilização da comunidade de certa forma resultou em uma presença mais constante das ações públicas.

Os dados referentes a esta primeira parte da pesquisa procuram mapear as opiniões dos moradores a respeito de uma série de assuntos os quais, o que nos interessa neste momento, suas inserções no movimento comunitário e a participação em redes sociais. São dados ainda provisórios, principalmente no que se refere aos processos de estruturação das redes, que deverão ser enriquecidos a partir da análise de dados da segunda parte da pesquisa.

A segunda fase da pesquisa consta de um estudo em profundidade de duas localidades da amostra, onde, a partir de questionários, entrevistas e observação direta, procuramos reconstituir, de um lado, as redes dos movimentos comunitários existentes na área e, de outro, os processos de estruturação das redes sociais construídas pelos moradores e sua relação com os movimentos de bairro. As redes sociais ditas primárias³ e sua relação com as redes dos movimentos são analisadas ainda de forma preliminar, com os dados disponíveis. Desta forma, muitas questões importantes - da arquitetura das redes, dos pontos de conexão entre as redes primárias e secundárias, da fragilidade dos movimentos associada diretamente à densidade das redes sociais da comunidade, etc - serão tratadas ainda de forma ensaística, carecendo de dados que nos levem a conclusões mais definitivas.

II. Redes sociais

A expressão rede social é utilizada pela antropologia social enquanto instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos. Deste modo,

“ (a noção de rede social permite) a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transcendem os limites de grupos e categorias. As conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes.⁴

Os processos estruturadores das redes sociais têm por origem as interações sociais estabelecidas quotidianamente pelos indivíduos. Quer dizer, a estrutura de sociabilidade presente em cada uma das pessoas (seres sociais por excelência), que surge com base em “certos impulsos ou função de certos propósitos”⁵ é organizada em campos sociais, elementos de identidade de uma geografia social que permite, por exemplo, a localização dos indivíduos em uma estrutura social e as potencialidades interativas entre os indivíduos.

A noção de rede, deste modo, significa muito mais um instrumento metodológico de análise dos processos interativos do que propriamente um conceito referente a um fenômeno social, embora não se possa negar que o fenômeno das redes sociais inexistia. O que simplesmente este fenômeno aparece em cima de uma montagem de complexos processos interativos, cujos componentes se localizam na estrutura social. A análise dos processos de interação social através da investigação dos processos formativos das redes nos é útil na medida em que nos permite o esclarecimento de suas diversas facetas, como veremos mais adiante. Torna-se importante, entretanto, também destacar o pano de fundo onde as ações estruturadoras das redes se apoiam, o que nos permite explicar, por exemplo, que embora possamos conceber um mesmo conceito e uma mesma classificação das redes para todos os setores da sociedade, o desenho das representações sociais destes indivíduos que interagem nestas redes se particularizam em função das especificidades de seus mundos de vida, construídos a partir da complexa diversidade social encontrada nas sociedades contemporâneas. O Mundo de vida pode ser definido da seguinte maneira:

³ quer dizer, aquelas formadas pelos moradores

⁴ BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. in: A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização e introdução Bela Feldman-Bianco. São Paulo, Global, 1987, pp.159-192

⁵ SIMMEL, Georg. Sociabilidade - um exemplo da sociologia pura ou formal. in: SIMMEL, Georg. Sociologia/Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho. São Paulo, Ática, 1993, pp. 165-181 (p.179)

“ O Plano do mundo da vida corresponde a um reservatório de tradições e conteúdos do qual se nutrem os membros de um grupo social nas suas vidas diárias. Ao mesmo tempo, o mundo da vida compreende os processos sócio-interativos correspondentes, no plano individual, ao processo de formação da personalidade. A reprodução do mundo da vida nestes dois sentidos, quais sejam, o da preservação do repertório dos significados comuns e o da geração de interações subjetivas envolve os processos comunicativos de transmissão cultural, integração social e socialização. E tal reprodução requer instituições cuja tarefa é a preservação de tradições, solidariedade e identidades⁶

Este mundo da vida - distinto da sociedade civil , que corresponde a sua dimensão institucional⁷ - se estrutura em uma ampla teia de relações sociais. O quotidiano dos indivíduos, as suas representações sobre a “vida”(sociedade e natureza) e a forma como as constróem se orientam a partir dos desenhos de seus mundos da vida. Neste sentido, espera-se que, dada a complexidade do tecido social, diversos mundos da vida se estruturam, e esta diversidade resulta tanto em processos de conflito quanto na solidificação do tecido social, obtida a partir de pactos políticos⁸. Compreendidos enquanto campos sociais, estes mundos de vida podem ser pensados como uma série de ambientes sociais, que se estruturam a partir de alguns fatores. Rappoport⁹, por exemplo, enumera alguns possíveis componentes destes ambientes sociais:

- “1. O indivíduo;
2. O meio ambiente físico, incluindo todos os fatores naturais, geográficos, climáticos, os fatores humanos que limitam ou facilitam o comportamento e os “recursos” do meio ambiente;
3. O meio ambiente pessoal, incluindo indivíduos que são centros de referência para o comportamento: família, amigos, autoridades, grupos de amigos, etc;
4. o meio ambiente suprapessoal, o qual inclui as características do meio ambiente originadas pelas condições pessoais dos habitantes por razões de idade, classe social, etnia, estilo de vida e outras características específicas;
5. O meio ambiente social relativo às normas sociais e às instituições”.

As redes, deste modo, se estruturam a partir desta complexa realidade social, a partir, se considerarmos os ecologistas humanos, deste meio ambiente físico e social. Este fenômeno pode tanto ser analisado a partir do indivíduo e a constituição de seus processos interativos a partir de orientações diversas - amizade, parentesco, relações de trabalho, ligações territoriais, etc-, quanto a partir de um conjunto de indivíduos, onde os padrões interativos são analisados a partir da sua disposição nas redes sociais, onde as instituições podem ser dimensionadas enquanto agentes potencializadoras ou desagregadoras destas redes, ou mesmo os indivíduos - a partir por exemplo da análise do processo de formação de lideranças.

Importa assinalar, em primeiro lugar, que seria possível encontrar um padrão organizativo único para as redes sociais. Quer dizer, que independente dos ambientes sociais onde elas se estruturam, apresentariam uma lógica aparentemente semelhante; em segundo lugar, os campos sociais definidores destas redes se constituem em elemento indispensável para a sua análise, na medida em que, por exemplo, poder-se-ia imaginar que determinados tipos de redes sociais teriam mais probabilidade de se desenvolver em um ambiente social que outro diverso. Em uma pesquisa realizada em Brasília, por exemplo, constata-se que os espaços públicos tem uso diferenciado segundo classes sociais. As camadas populares das cidades satélites usam intensamente o espaço público (áreas de lazer, lúdicas, de festejos e comemorações variadas,

⁶ COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. in: Novos Estudos CEBRAP, n.38, março 1994, pp. 38-52 (p.41)

⁷ COSTA, Op cit. p.42

⁸ COSTA, op.cit. por exemplo, afirma que “o Estado democrático deve garantir a existência de espaços e teias sociais que reproduzem a cultura política democrática, enquanto a sociedade, através de procedimentos complexos e variados, controla a ação do Estado”(p.42)

⁹ RAPOPORT, Amos. Aspectos Humanos da forma urbana. Hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana (Colección Arquitectura/Perspectivas. GG Editor, Madrid.

de convivibilidade nas conversas ao pé da calçada, etc). As camadas médias residentes no plano piloto, entretanto, embora valorizem bastante o imenso espaço público que dispõem (que, em termos de metros por habitante é bastante superior ao disponível das cidades satélites), o fazem de forma diferente. O espaço público é objeto de contemplação (“é bonito, descansa a vista”), e são também valorizados porque são instrumento eficaz de segregação, separa “eles” dos “outros”; os processos de sociabilidade vivenciados pelos habitantes do plano piloto se dão de forma predominante nos espaços privados (restaurantes, clubes, interiores das residências ou condomínios, etc).

As redes também podem ser classificadas segundo o seu uso predominante. Randolph¹⁰, por exemplo propõe uma tipologia de quatro tipos de redes, segundo a sua inserção institucional/sistêmica e privada/pública:

FIGURA I: Classificação das redes segundo usos predominantes.

	Quadro Institucional	Sistemas
Privado	redes familiares	redes econômicas
Público	redes sociais	redes administrativas

FONTE: Randolph(1993)

Estas redes, ainda segundo a tipologia de Randolph, também podem ser analisadas do ponto de vista do tipo de processo interativo que seus agentes mantêm. Podem ser redes instrumentais ou de solidariedade. O que basicamente caracteriza a rede instrumental é o fato de que os processos interativos que lhe dão suporte estruturam-se principalmente a partir da ação social racional, orientada estrategicamente para a consecução dos fins racionalmente planejados, e a sua localização na esfera pública é predominante. As redes de solidariedade, por outro lado, localizam-se na esfera privada (embora muitas vezes os elementos institucionais e a sua dimensão pública estejam articulados com os processos interativos inseridos na esfera privada); não se percebe a predominância das ações sociais racionais, ou, mesmo admitindo-se a sua existência estas se articulam francamente com ações sociais classicamente definidas por tradicionais e/ou afetivas. O caráter relacional é um elemento constitutivo de ambas, e sua expressão mais visível é o fenômeno do “dom”¹¹, quer dizer a troca que os agentes estabelecem entre si nos seus processos interativos (troca esta que pode resultar em intercâmbio afetivo, de interesse econômico, religioso, etc). Pois, como já se percebe, o elemento de intercâmbio e de troca é fundamental na definição de uma rede¹²

Finalmente, ainda podemos acrescentar mais um elemento importante para o estudo das redes sociais: o seu componente espacial. As redes podem ter um componente fortemente especializado (como por exemplo, as redes de amizade, as redes territoriais formadoras da comunidade) ou um vínculo espacial bastante tênue (é o caso das redes informacionais ou de comunicação). A proximidade/distância física determina em parte a natureza dos processos interativos dos membros da rede. Admite-se que, por exemplo, a estrutura de uma comunidade e as suas redes componentes mais provavelmente contenham elementos de proximidade social entre os seus integrantes do que por exemplo os membros de uma rede de investigação científica.

A utilização do conceito "rede social" para a análise dos movimentos urbanos nos parece ser bastante proveitosa, na medida em que nos permite, de um lado, visualizar o fenômeno movimento de bairro enquanto um processo complexo envolvendo um número bastante significativo de atores que, em muitos casos, são analisados separadamente. Neste sentido, importa assinalar que a ação política desencadeada pelo movimento de moradores é resultante de processos articulados onde inúmeros atores da sociedade civil se fazem presentes e que compõem o quadro da estratégia de ação coletiva dos movimentos, estruturada a partir de três elementos fundamentais: "(a) a forma de mobilização de recursos (que tipos de elos se estabelecem entre estes atores sociais mobilizados e recrutados); (b) a estratégia de organização social (qual a forma de

¹⁰ RANDOLPH, Reiner. Redes Estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais. V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 1993, mimeo, 11 fls.

¹¹ Expressão cunhada por Marcel Mauss.

¹² Como observa Randolph, op.cit., “Redes, quando adotamos um ponto de vista meramente formal, podem ser definidas como um conjunto de elementos e relações entre estes elementos (nós) que entre si mantêm atividades de intercâmbio e troca”

institucionalização das redes); © o efeito multiplicador das redes (o poder de irradiação do ideal de democratização)"¹³

Tem-se argumentado freqüentemente que os espaços de cidadania a serem ocupados tem por veículo principal as diversas associações civis existentes. E que, neste sentido, um destaque é dado às associações de moradores, instrumento de organização popular utilizado principalmente para veicular demandas ao Estado, mas também bastante importante para a fomentação da prática política de participação, propiciando deste modo uma elevação da “consciência cidadã” nos bairros onde existem tais associações.

O nosso problema de pesquisa tem sido objeto de vários estudos que, embora não tratando diretamente do assunto (as redes de solidariedade e os processos de organização comunitária) têm íntima relação. A literatura sobre movimentos sociais urbanos é significativa. Este tema tem sido intensamente estudado a partir da década de 70, orientando-se inicialmente para a importância dos movimentos sociais urbanos na mudança da estrutura política autoritária então vigente; em seguida, as preocupações dirigem-se para avaliação da importância destes movimentos na consolidação do regime democrático e a busca de novos caminhos de participação política, isto é, para o exercício de uma nova cidadania.

Tais estudos têm concentrado suas atenções na relação entre os movimentos populares e o Estado: formas de lutas travadas, relação destes movimentos com órgãos governamentais, impactos da mobilização popular no direcionamento das políticas públicas, etc. No que diz respeito à estruturação e consolidação destas associações em suas comunidades respectivas, a atenção dirige-se para a relação destes movimentos com outras organizações políticas (partidos), ou mais estritamente de caráter reivindicativo (sindicatos). As referências à organização interna do movimento (formação de lideranças, articulação destas com a comunidade, impacto da existência no bairro onde existe associação de moradores sobre o desenvolvimento de uma consciência cidadã e, conseqüentemente, a conquista do espaço político, etc.), são feitas geralmente de forma contextual, isto é, para caracterizar o cenário onde acontecem as lutas. Não é analisada a caracterização no interior do movimento de seus componentes (lideranças, militantes ativos e passivos, comunidade)

Poder-se-ia justificar tal análise pelo fato desta objetivar apreender as principais tendências do macro-sistema político, avaliando a importância relativa do movimentos sociais. Tal fato, entretanto, não justifica o não interesse do tema proposto, que inclusive traria contribuições valiosas ao estudo da importância dos movimentos reivindicativos na direção política da sociedade. De um lado, a ora modernidade tem como princípio básico a cidadania¹⁴, isto é, o direito à participação política; e, por outro lado, mais que isso - em uma sociedade como a nossa onde a transição para um estado democrático está em curso - a ocupação dos espaços de cidadania já existentes formalmente por uma ampla massa de marginalizados, os não cidadãos.

As associações, como vemos, são de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania. Estas encarnam um dos princípios básicos do sistema democrático, liberdade de associação e liberdade de opinião, que “devem ser considerados como condições preliminares para o bom funcionamento de um sistema democrático, pois colocam os atores deste sistema (fundado sobre a demanda vinda de baixo e sobre a livre escolha das decisões ou dos delegados que devem decidir) em condições de exprimir as próprias demandas e de tomar as decisões após criteriosa avaliação e na seqüência de uma livre discussão”¹⁵

A existência de uma associação de moradores no bairro, entretanto, não significa que esta comunidade esteja organizada. Nos estudos sobre os movimentos reivindicativos urbanos, são ignoradas as associações ditas “pelegas”, aquelas formadas a partir de políticas clientelísticas ou incentivadas por agências governamentais (geralmente, via cooptação de lideranças locais). Tais associações, ditas “contra-

¹³SCHERRER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Sessão temática Agentes e formas de interação sócio-espacial). Brasília, 22 a 26 de maio de 1995, mimeo.

¹⁴O conceito de modernização designa um conjunto de processos cumulativos; ele designa a capitalização e a mobilização de recursos, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade o trabalho; ele designa ainda a propagação dos direitos à participação política, às formas de vida urbana e da instrução pública ...”(HABERMAS, J. Le discours philosophique de la modernité. Paris, Gallimard, 1988, p.03)

¹⁵ BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.73

movimentos”, são simplesmente ignoradas. A existência de alguns programas governamentais, que pressuponha a organização em associações (programa do leite, instalado pelo Presidente da República José Sarney, por exemplo), ou programas de participação popular na gestão urbana também são fatores que incentivam a organização de comunidades urbanas em associações; igualmente, neste caso, estas associações formadas não são reflexo de uma “consciência comunitária”.¹⁶

Há outros casos em que as lideranças populares empreendem campanhas políticas no seio da associação que estão claramente dissociadas da capacidade de mobilização das comunidades que representam. Nota-se, inclusive, em ocasião de eleições na associação, lutas entre diversas tendências político-ideológicas, travadas ao largo dos reais interesses das comunidades que dizem representar.

Por outro lado, a análise dos movimentos de bairro enquanto sistemas de redes pode ser útil para o esclarecimento da relação entre as associações e as comunidades que representam. Coloca-se como questão importante a investigação, deste modo, a relação entre a cotidiano dos moradores (que se estrutura em múltiplas redes sociais) e a vida associativa. Argumenta-se que as populações de baixa renda, dadas as condições desfavoráveis de inserção no sistema de intercâmbio de mercado¹⁷, organizam-se - com maior intensidade que outros setores menos marginalizados - bases de intercâmbio não necessariamente mercantis - o predomina nas sociedades capitalistas. Segundo Lomitz(p.93)¹⁸, o sistema de reciprocidade apresentaria as seguintes características:

"(a) confiança, ou seja, uma medida de distância social definida etnograficamente;

(b) igualdade de carências, ou falta de recursos;

© proximidade de residência

Uma consequência característica da relação de reciprocidade é a elaboração de um código moral diferente (e às vezes oposto) ao código moral de intercâmbio de mercado. Em uma relação de reciprocidade existe uma ênfase moral explícita no ato de dar ou de devolver o favor recebido, antes de extrair o máximo benefício imediato de uma transação"

Até que ponto poderíamos estabelecer uma associação desta natureza ? Quer dizer, mesmo considerando que as bases de intercâmbio das populações carentes têm um conteúdo não-mercantil mais intenso que em outros segmentos sociais, a relação entre estas redes de solidariedade (de onde as bases de intercâmbio se estruturam) e o movimento associativo não se dá de maneira direta. O que significaria que estes movimentos estariam organizados em base absolutamente comunitárias, quer dizer, com base em relações diáticas entre seus membros¹⁹, o que não é o caso. Nem, por outro lado, não há uma concordância sobre a relação entre o nível de carências e o nível de consciência política.

¹⁶ Consultar, a este respeito. FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. “clientelismo urbano e movimento popular: a construção das redes de poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.81, julho de 1995, pp.119-159

¹⁷ segundo a tipologia de POLANYI (the economy as Instituted Process. in: *Economic Anthropology*, 1986, pp. 122-142), são três as formas de intercâmbio: (a) reciprocidade, um intercâmbio paritário de bens e serviços como parte integral de uma relação social duradoura; (b) a redistribuição, onde os bens e serviços se concentram primeiramente em um indivíduo ou instituição para em seguida distribuir-se na comunidade ou sociedade; © de bens e serviços, com base na oferta e demanda, sem implicações sociais a longo prazo".

¹⁸ LOMNITZ, Larissa Adler - Supervivencia en una barriada en la ciudad de Mexico. *in*: Redes Sociales, cultura y poder: ensayos de Antropologia Latinoamericana. Mexico, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1994

¹⁹ "...o que distingue as relações diáticas de outras formas de relação a dois é sobretudo o fato de as pessoas manterem diretas (pessoais) entre elas, isto é, independentemente de ocuparem determinados cargos ou posições institucionais ou pertencerem a um mesmo grupamento...Neste sentido, a relação baseada na pessoalidade não estabelece fronteiras entre os diferentes papéis que são desempenhados pela pessoa". BEZERRA, Marcos Antônio. *Corrupção: um estudo sobre poder político e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1995, pp. 37-38

Os estudos sobre os movimentos reivindicativos urbanos²⁰ têm sido unânimes ao considerar as contradições urbanas como elementos geradores do fenômeno associativo. Mas não existe unanimidade a respeito dos outros fatores que, associados à existência das contradições urbanas, seriam formativos do fenômeno em questão. Por que a simples existência de um quadro de carências gerado por uma estrutura urbana excludente não é suficiente para a formação de movimentos sociais. Mesmo contando com manifestações de protesto social - quebra-quebra, linchamentos, saques, “arrastões”, etc.²¹ - a grande maioria dos oprimidos é desorganizada, amorfa politicamente e sujeita a manipulações de todo o tipo, como por exemplo, dispositivos presentes na estrutura sócio-política que de qualquer forma canalizam as insatisfações para níveis institucionalizados e ritualizados (por isso mais facilmente controláveis), como por exemplo a esfera da política²²

Tem-se assistido recentemente a um florescer sem precedentes do movimento associativo no Brasil. Os analistas são unânimes ao reconhecer nestes movimentos reflexos de mudanças significativas na estrutura de poder no Brasil (principalmente no que se refere à organização das classes populares). Muitas questões, entretanto, permanecem sem respostas. Pouco se conhece a respeito dos processos de socialização política dos membros de uma comunidade organizada; não se tem informações detalhadas sobre a formação dos líderes populares, nem das suas relações com outros grupos (partidos políticos, Igrejas, ONGs, etc.). Na verdade, pouco se estudou sobre a dinâmica da formação destes movimentos. As atenções dirigem-se principalmente para a relação destes movimentos com o cenário político geral.

Os movimentos reivindicativos urbanos normalmente estão associados a sistemas de organização políticos com base territorial definida e cuja ação estaria dirigida predominantemente na reivindicação junto ao Estado por melhorias urbanas. Os processos de mobilização, a capacidade de os moradores em se articularem para a luta política na arena do poder local, evidentemente, depende de várias questões, que explicam, por exemplo, que nem sempre as comunidades mais carentes são as mais organizadas. Mas, com certeza, o fator desencadeador da mobilização comunitária se dá em torno da defesa de interesses territorialmente definidos, na defesa do habitat. Deste modo, segundo, segundo um líder comunitário, “é através dos movimentos populares que as pessoas vão se conscientizar, vão começar a valorizar o solo que elas ocupam²³”.

A capacidade de mobilização de uma comunidade depende de vários fatores, como por exemplo uma cultura política favorável²⁴, condições organizacionais da associação condutora do processo, possibilidades de visibilidade política do movimento, etc. Dois fatores, entretanto, podem ser destacados para um entendimento adequado das possibilidades de mobilização comunitária: (a) a identidade do movimento; (b) o cálculo sobre a adequabilidade de empreender uma ação coletiva.

²⁰ ver FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Movimentos reivindicativos urbanos e poder local. in: Cadernos de Estudos Sociais, Recife, V.6, n.02, jul-dez 1990, pp.225-231, a propósito das diversas definições deste conceito.

²¹ Estes fenômenos estariam associados a manifestações de política de massas, onde, segundo ENRIQUEZ, “o seu funcionamento pode ser considerado como o inverso do funcionamento do indivíduo racional”. Assim, segundo o autor, “a massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que se unem por um momento. Ela dota os indivíduos de uma espécie de mente coletiva que as faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria caso se encontrasse em estado de isolamento. ENRIQUEZ, E. Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1980, p.56

²² Assim por exemplo, como nos mostra ENRIQUEZ, “a arte da política (ou mesmo a política como arte suprema) é impulsionada ao mais elevado grau. Como não entender a magia das palavras, o fascínio que elas exercem sobre milhões de cidadãos, a referência a soluções milagrosas constituem o elemento fundamental do espetáculo cotidiano, o que permite a uma categoria de dirigentes assentar e glorificar seu poder e ainda pensar que a realidade deve curvar-se aos projetos e leis por eles edificadas”. ENRIQUEZ, op.cit. p.41

²³ Entrevista com José Manuel Filho (Pilar), líder comunitário de Entra Apulso. Ver. FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. A estrutura organizacional das Associações Políticas voluntárias. Recife, 1994

²⁴ Cultura política pode ser entendida como “um conjunto de crenças políticas, idéias e representações que se combinam a um conjunto de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes e ao modo de vida dos agentes, e assim se moldam como cimento no conjunto de práticas sociais”. POULANTZAS, Nikos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980, p.33

A identidade do movimento popular se constitui em um dos pilares básicos para a estruturação de sua capacidade de luta, para a objetivação da possibilidade de uma conduta coletiva na busca de uma direção social de historicidade²⁵. Ou seja, torna possível a passagem de simples movimento reivindicativo para movimento social, instrumento de transformação social, ação política propositiva de uma nova ordem. O que se coloca como questão importante na análise dos movimentos populares urbanos, com base essencialmente territorial, é sobre a sua capacidade de ultrapassar o patamar da simples ação reivindicativa. Pois, como observa Bitoun²⁶, "o formato das identidades que a prática participativa idealizou o bairro não necessariamente representa as identidades reais". Este fato explica de certa forma a extrema fragmentação da prática política dos movimentos, onde cada associação luta pela defesa de seu território em competição com outras por recursos públicos, e a conseqüente ausência de ações políticas globalizantes, questionadoras por exemplo do modelo perverso de urbanização e a apropriação do espaço coletivo, geradores da exclusão social da maioria dos habitantes das metrópoles brasileiras.

O cálculo individual sobre a oportunidade de participar em um movimento também se constitui em um elemento explicativo importante. Se por um lado se observa que o indivíduo não é um puro maximizador de suas utilidades, que a sua decisão individual para participar está com certeza influenciada pelo estado geral de espírito da comunidade²⁷, torna-se importante também analisar as estratégias individuais no movimento, relativamente com referência às possibilidades concretas de um resultado favorável na equação custos/benefícios. Esta análise nos possibilita explicar, por exemplo, a instabilidade dos movimentos no que diz respeito à sua capacidade de mobilizar a comunidade para as suas ações políticas, com períodos de fluxos e refluxos bastante freqüentes. Embora o nível de participação per se não indique a capacidade do movimento em mobilizar recursos²⁸, com certeza é um bom indicador de sua vitalidade, de sua legitimidade em relação às aspirações de quem representa.²⁹

São duas as atividades básicas de uma associação de moradores: (a) a de caráter essencialmente reivindicativa, onde as associações instrumentalizam os recursos políticos na comunidade para disputar na esfera local benefícios para a sua comunidade; (b) a de caráter assistencialista, onde as associações empreendem programas de assistência à comunidade que representam, com recursos mobilizados a partir da comunidade e também com financiamento externo. Estas duas atividades servem de suporte aos trabalhos da associação, lhe conferindo uma certa vitalidade. Uma associação não pode, por exemplo, basear suas atividades exclusivamente em trabalhos de natureza reivindicativa. O potencial de mobilização desta atividade é bastante instável. Os momentos de pique se alternam àqueles onde a desmobilização é regra. Por outro lado, o caráter essencialmente assistencialista (elemento importante para a manutenção permanente do interesse da comunidade) pode resultar em um atrelamento do movimento associativo aos padrões mais tradicionais da prática comunitária, com risco de lideranças atreladas a práticas de clientela ocuparem os espaços do movimento. A atividade reivindicativa do movimento é instrumento importante para a promoção do sentimento de cidadania e tem um caráter pedagógico incontestável.

As associações de moradores não se constituem em uma única instituição de organização comunitária dos moradores. Encontramos uma série de grupos organizados que aqui denominamos de "organismos anexos"³⁰, pela sua vinculação evidente com a Associação de moradores. Estes grupos estão organizados para a prestação de serviços diversos à população, e contam com financiamentos os mais variados. Verificamos, com efeito, que as fontes financiadoras podem ser desde instituições de cooperação internacional até políticos (com evidentes intenções de promover práticas de clientela). Estes grupos são importantes para as Associações de moradores do bairro - formalmente não existe nenhuma subordinação

²⁵TOURAINÉ, Alain. *La voix e le regard*. Paris Seuil, 1978

²⁶BITOUN, Jan. *Intervenção no espaço: memória e identidade - ensaio sobre o Recife*. Recife, UFPE, s/d.

²⁷ GOULD, Roger. *Collective action and network structure*. *American Sociologica review*. 1993, vol.58 (abril: 182-196)

²⁸ ALFORD, Robert; FRIEDLAND, Roger. *Powers of theory. Capitalism, the state and democracy*. New York, Cambridge University Press, 1988, p. 84

²⁹ - A eleição de associações de moradores, naquelas mais combativas, freqüentemente conta com participação mínimas das comunidades (às vezes o número de votos válidos não alcançando 50% do eleitorado)

³⁰ Esta expressão é de Maurice Duverger, em seu já clássico "Les partis politiques" (Paris, Ed. du Sueil)

entre eles - na medida em que, de um lado, são a fonte de formação de líderes, e, de outro, promovem a participação comunitária.

A vinculação dos líderes comunitários com os grupos não se dá somente como instrumento importante para a sua socialização política. O grupo no qual pertence o líder comunitário é instrumento importante de promoção de sua liderança. As disputas políticas existentes na Associação se refletem nos grupos, onde a vinculação político-ideológica de seus componentes é bastante visível, fato que se repercute na composição das diretorias das associações. A formação de chapas é feita a partir dos acordos políticos que se realizam entre os líderes comunitários e de seu peso eleitoral. O controle dos grupos lhes permite um certo poder (na medida em que se traduz em votos). A intensa competição política existente nestes bairros onde a tradição de organização comunitária é forte resulta em processos políticos complexos, com chapas concorrendo em eleições bastante disputadas, e com combinações político ideológicas muito ricas.

III. A Vida Associativa no Bairro

As relações entre a comunidade e o movimento associativo são uma temática bastante corrente na literatura sobre os movimentos sociais. Trata-se de responder a uma pergunta bastante geral: o que leva as pessoas a organizarem-se? quer dizer, quais são os ingredientes básicos que expliquem os movimentos associativos, de modo geral? Em se tratando de movimentos de bairro, a dimensão territorial se torna importante; os arranjos característicos dos padrões de sociabilidade presentes naquele território seriam um dos elementos fundamentais na explicação destes movimentos

As nossas atenções se concentram exatamente na articulação entre, de um lado, as redes sociais estabelecidas pela comunidade (denominadas por Randolph de solidariedade) e os movimentos de bairro (que também se estruturam em redes, denominadas por Randolph de instrumentais). Quer dizer, de que forma os padrões de sociabilidade encontrados na comunidade interagem com a estrutura de funcionamento dos movimentos encontrados no bairro?

Existe uma literatura bastante rica no campo da antropologia social urbana que procura reconstruir os padrões culturais de uma comunidade a partir do estudo das redes de sociabilidade. As trajetórias dos indivíduos, entrelaçadas nas interações quotidianamente estabelecidas entre seus pares, formariam padrões relativamente estáveis de redes sociais que serviriam de suporte das práticas institucionalizadas que se localizariam em vários campos (religioso, político, econômico, etc). É por exemplo o que procura fazer FOOTE WHITE³¹, ao estudar as gangues de rua de uma cidade norte-americana e a inserção de seus componentes nos grupos políticos e de crime organizado no bairro.

No nosso caso, ao tentarmos estabelecer os padrões de funcionamento das redes de solidariedade em uma área de baixa renda da cidade do Recife, o objetivo é, através desta tentativa de reconstrução de seu *modus operandi*, verificar como se dão as relações entre a comunidade, de um lado, e os movimentos de bairro, de outro

A área em estudo apresenta um número significativamente alto de associações de moradores³² e se constitui em uma das Regiões mais fortemente organizadas³³. São conhecidas as lutas empreendidas por estes moradores principalmente nas décadas de 70 e 80.

³¹ FOOTE WHITE, *Street corner society - the social structure of an italian slum*. Chicago, The University of Chicago Press, 1981

³² Levantamento da Prefeitura do Recife aponta 107 Associações de moradores atuando no nosso Universo de Pesquisa.

³³ Ver FONTES, Breno Augusto Souto Maior Movimentos Reivindicativos Urbanos em Recife. Relatório de pesquisa. Recife, UFPE-CNPq, 1994

As associações estão presentes no cotidiano da população, onde 64% das pessoas afirmam conhecer alguma associação, embora apenas 17% declararem que participam.³⁴ O tipo de participação é bastante variado, indo desde o simples engajamento em uma das atividades lá promovidas, até a participação efetiva enquanto membro da diretoria. Esta diversidade no processo participativo nos é indicada apenas superficialmente nos resultados do questionário aplicado, onde a participação mais direta é a menos importante (7,0% participa enquanto membro de diretoria e 10,2% participa em alguma comissão). O tipo de participação mais comum é aquele ocasional (32,5% das pessoas, por exemplo, afirmam que são apenas sócias, 24,2% participam nas eleições e 26,1% participa em alguma outra atividade).

TABELA 01
CONHECE ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ?

RESPOSTAS	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM ACUMULADA
SIM, SOU MEMBRO	17,0	17,0
SIM, MAS NÃO FAÇO PARTE	46,9	63,8
NÃO	36,2	100,0
TOTAL		

FONTE: levantamento direto

TABELA 02
PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

RESPOSTAS	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM ACUMULADA
SOU MEMBRO DA DIRETORIA	7,0	7,0
PARTICIPO DE ALGUMA COMISSÃO	10,2	17,2
SOU SÓCIO (EXCLUSIVAMENTE)	32,5	49,7
PARTICIPA NAS ELEIÇÕES	24,2	73,9
PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE	26,1	100,0
TOTAL		

FONTE: levantamento direto

O problema da baixa participação e também do fraco nível de engajamento das pessoas que participam nas Associações de moradores é uma questão central enfrentada quotidianamente pelo movimento comunitário. Em pesquisa por nós realizada em Associações de moradores no Recife, constatamos que o movimento associativo tem a sua trajetória caracterizada por momentos de fluxos e refluxos na mobilização da comunidade, e um dos principais desafios a ser enfrentado diz respeito exatamente à manutenção de uma relativa estabilidade na participação dos moradores nas atividades promovidas pelo movimento.

Enquanto órgão intermediador da comunidade junto ao Setor Público, a Associação de moradores adquire uma importância fundamental na defesa dos interesses dos moradores, embora a vida associativa não possa ser caracterizada essencialmente pela atividade reivindicativa, esta é a principal função na visão da comunidade. 55% dos moradores afirmam que a principal função de uma associação é a de solucionar os problemas dos moradores. A comunidade idealiza como função adequada de uma associação a de intermediação de seus interesses principalmente junto ao setor público. Quando perguntados sobre a prática efetiva da Associação em seus bairros, 28% das pessoas afirmam ser a função mais importante a de solucionar os problemas. A expectativa das pessoas sobre a prática das associações parece não ter mudanças importantes em realização à idealização do papel das Associações. A percentagem dos que afirmam que a Associação não faz nada ou não é importante é basicamente igual; o mesmo se aplica nas respostas “não

³⁴ Os dados aqui utilizados são referentes às tabulações do questionário aplicado na pesquisa “Assentamentos populares urbanos e Meio ambiente”

sabe/não respondeu”. O que muda neste caso é que, além de solucionar os problemas (que parece estar associado à intermediação junto ao Setor Público), a comunidade também aponta como prática importante da Associação “a promoção de benefícios”, com 30,2% das respostas (que parece indicar a oferta de serviços diretamente pela associação). Instituição que representa os moradores nas reivindicações junto ao Setor Público e aquela que promove benefícios para a comunidade seriam as duas práticas mais importantes de uma Associação de moradores. Estes dados estão de acordo com as conclusões do nosso estudo em duas associações de moradores da cidade do Recife³⁵

TABELA 03

QUAL A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ?

RESPOSTAS	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM ACUMULADA
SOLUCIONAR OS PROBLEMAS	55,00	55,00
REPRESENTAR A COMUNIDADE	15,51	70,51
IDENTIFICAR OS PROBLEMAS	8,60	79,11
PROMOVER A UNIÃO DA COMUNIDADE	8,60	87,71
CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO	3,26	90,97
NENHUMA	1,63	92,60
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	7,00	99,60
TOTAL	100,00	100,00

TABELA 04

O QUE FAZ UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ?

RESPOSTAS	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM ACUMULADA
REPRESENTAR A COMUNIDADE	13,72	13,72
PROMOVER FESTAS/EVENTOS	4,31	18,03
SOLUCIONAR OS PROBLEMAS	27,84	45,87
DISCUTIR/IDENTIFICAR OS PROBLEMAS	11,37	57,24
CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO	1,57	58,81
PROMOVER BENEFÍCIOS	30,20	89,01
NADA	3,53	92,54
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	4,31	96,85
OUTRAS RESPOSTAS	3,14	99,98
TOTAL	100,00	---

Interessa-nos principalmente investigar os mecanismos de inserção da comunidade na vida associativa. Já temos algumas informações, a partir de pesquisa sobre associativismo urbano, da estrutura de funcionamento de uma associação. Sabemos, por exemplo, que o movimento é conduzido de certa forma por um número relativamente pequeno de pessoas, e que os processos de profissionalização das lideranças muitas vezes desvirtuam a concepção utópica da ideologia comunitária. O que não significa que o movimento associativo não seja importante para a comunidade, nem muito menos que sua prática esteja afastada dos reais interesses da população que representa. O movimento associativo será aqui examinado do ponto de vista das redes sociais construídas nas comunidades de baixa renda. A associação é um importante “nó” nesta densa textura das redes existentes, evidente não sendo o único.

Importa, deste modo, resgatar os inúmeros elos existentes entre a prática associativa e o cotidiano dos moradores, mostrando concretamente a forma de inserção do movimento na comunidade. Aqui apontamos alguns indicadores: em primeiro lugar, da percepção dos moradores sobre o movimento; em segundo lugar, das formas de participação.

³⁵ ver FONTES, Breno Augusto Souto Maior. A estrutura organizacional das Associações políticas voluntárias: um estudo de caso das Associações de moradores em Recife. Recife, 1994

Já mostramos que a prática participativa mais engajada não é a regra. E isto se dá não somente pelo relativo desinteresse em participar (que pode ser indicativo do cálculo das estratégias individuais sobre a melhor forma de realizar os seus interesses, que pode ser mais adequado inclusive pela via não participativa, como a prática, por exemplo, do free-rider), mas também da própria interiorização de papéis nesta complexa esfera da política. Embora não possamos ser conclusivos, alguns indicadores nos permitem apontar o fato de que a população visualiza o trabalho em associações de moradores - pelo menos aquele julgado mais importante, a ação política reivindicativa - como sendo de atribuição exclusiva da liderança. O que se quer mostrar é o fato de que o trabalho comunitário é visto quase que do ponto de vista das ações empreendidas pelo movimento no seio da comunidade (atividades lúdicas, esportivas, educacionais, de assistência, etc). Este tipo de participação é julgado adequado ao membro da comunidade. A ação política reivindicativa - julgada a mais importante - estaria a cargo das lideranças. Os dados disponíveis não nos permitem conclusões definitivas, mas nos apontam para estas questões. Perguntados sobre qual seria o papel da liderança, 30,43% das pessoas apontaram que o líder deveria trabalhar para solucionar os problemas da comunidade³⁶. Os defeitos apontados nas lideranças referem-se a questões relativas ao não cumprimento adequado de seu papel idealizado (promessas não cumpridas, 15,2%; não trabalhar adequadamente, 13,0%; desinteresse pelos problemas da comunidade, 9,0%)³⁷. Da mesma forma, a população indica como fator mais importante na escolha do candidato ao cargo em uma diretoria de Associação de moradores o fato de o candidato apresentar trabalhos já realizados.

TABELA N. 05

Como o líder deveria exercer a sua liderança

Respostas	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Trabalhar/solucionar problemas	30,43	30,43
ser mais prestativo	9,09	39,52
Promover festas/eventos	0,79	40,31
agir com honestidade	39,52	79,83
intensificar o trabalho	7,51	87,34
cumprir as promessas	4,74	92,08
não sabe não respondeu	7,11	99,19
outras respostas	0,79	99,98
TOTAL	100,00	---

FONTE: levantamento Direto

TABELA 06

Defeitos dos Líderes comunitários

Respostas	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Promessas não cumpridas	15,0	15,2
Não trabalhar adequadamente	13,0	28,0
Desinteresse pelos problemas da comunidade	09,0	37,00
Utilizar o cargo em proveito próprio	13,1	50,10
Não conhece nenhum líder	0,66	50,76
Não possui defeitos	1,85	52,61
Não sabe/não respondeu	45,40	98,01
Outras respostas	1,59	99,60

FONTE: levantamento Direto

³⁶ Excluímos o quesito “agir com honestidade” pois esta resposta refere-se ao atributo e não ao papel do líder

³⁷ Interessante que um dos principais defeitos apontados é o de “utilizar o cargo em proveito próprio”. Isto reflete a desconfiança generalizada que a população tem dos políticos. O interessante é que este defeito é apontado para líderes comunitários, o que nos remete à sugestiva idéia de que os líderes seriam vistos por uma parcela da comunidade enquanto políticos.

Este conjunto de opiniões a respeito do papel das lideranças nos mostra a importância do líder enquanto agente político. O que de certa forma está de acordo com as descrições tradicionais da liderança. O que se coloca, entretanto, é o fato da possibilidade de a população pensar que a ação política é atribuição exclusiva do líder e que, portanto, sua participação no movimento estar limitada a outros papéis, sem dúvida importantes, mas julgados secundários por esta mesma comunidade. Já constatamos que a participação dos moradores em atividades essencialmente ligadas à ação política não é a mais importante. Quando perguntados sobre as razões de sua participação, encontramos o fato de que as pessoas a justifiquem principalmente ou por motivação de ordem de espírito comunitário (37,88% das pessoas que participam o fazem “para ajudar nas necessidades da comunidade”), ou por que receberam convites (33,33% das pessoas). Neste caso, não há indicação sobre a natureza da participação; mas o quesito que mais aponta a participação enquanto instrumento de ação política - portanto o cidadão comum também sendo ator político - aquele que responde “para reivindicar seus direitos”, atinge um número relativamente pequeno de respostas (3,0% das respostas das pessoas que afirmam participar). O que nos parece paradoxal é o fato de, enquanto os moradores consideram que a associação tem por atribuição principal a ação política reivindicatória, a sua participação é dirigida principalmente para as atividades “comunitárias”.

TABELA 07
CAUSA DA PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

RESPOSTAS	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM ACUMULADA
PARA AJUDAR NAS NECESSIDADES DA COMUNIDADE	37,88	37,88
PARA REIVINDICAR SEUS DIREITOS	3,03	40,91
ATRAVÉS DE OUTROS GRUPOS DA COMUNIDADE.	1,51	42,42
PORQUE FOI CONVIDADO	33,33	75,75
PARA OBTER BENEFÍCIOS FUTUROS	12,12	87,87
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	3,03	90,90
OUTRAS RESPOSTAS	9,09	99,99
TOTAL	100,00	---

Os dados também nos permite algumas considerações sobre a relação entre o movimento associativo e as redes de solidariedade. Conforme afirmamos, o movimento associativo se constitui em um “nó” importante na densa malha dos processos sociais estabelecidos no cotidiano das populações de baixa renda. E este movimento associativo, na medida em que se constitua em um ponto de confluência de interações diversas, está certamente associado estreitamente a grupos e instituições existentes na comunidade (Igrejas, clubes de futebol, clubes de mães, etc). Já constatamos em outra pesquisa³⁸ a importância dos grupos para a estruturação organizacional das Associações de moradores. Os nossos dados não nos permite conclusões definitivas, mas nos aponta para algumas pistas. De um lado, as motivações principais em participar na vida associativa se refere, como já dissemos acima, a razões de “ordem comunitária”. As pessoas participam em associações para empreender ações solidárias, que dizer, para trabalharem em pró da comunidade. O movimento comunitário seria, desta forma, um importante elemento da rede de solidariedade existente no bairro. O que nos chama atenção aqui é saber das relações existentes entre a associação de moradores e outros grupos e instituições existentes na comunidade, constitutivos da extensa rede social. E se existiria uma natureza mais cooperativa e portanto menos individualista por parte das pessoas habitando assentamentos populares. Quer dizer, que as redes de solidariedade ativadas por pessoas de classe média e alta seria de natureza essencialmente privada, estruturadas principalmente a partir das relações de amizade e de parentesco, e que as ativadas pelos setores populares teria uma natureza pública significativamente importante. Esta questão nos é importante na medida em que pode esclarecer as ligações existentes entre as redes sociais (que têm, como vimos, um elemento importante na sua estruturação os movimentos associativos) e as estratégias utilizadas pela população para o enfrentamento das condições pouco favoráveis de seu cotidiano.

³⁸ ver FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. A estrutura organizacional das associações políticas voluntárias: um estudo de caso das Associações de moradores em Recife. Recife, 1994

A relação entre as redes de solidariedade e os movimentos de bairro pode ser verificada a partir do exame dos processos de interação social estabelecidos quotidianamente entre as pessoas de uma comunidade e a vida associativa, supondo-se, de um lado, que as pessoas são recrutadas pelo movimento a partir dos pontos de contato existentes entre os que já participam do movimento e aqueles potenciais membros da associação. Estes pontos de contato são de ordens diversas, mas de qualquer modo indicam filiações semelhantes entre os dois grupos (participantes e não participantes)³⁹; por outro lado, experiências vivenciadas pela população ainda assistematicamente mas que sinalizem vantagens comparativas em associar-se podem se constituir em instrumentos bastantes poderosos para a motivação em participar/construir comunitariamente. É o caso, por exemplo, das experiências de ações solidárias promovidas entre membros de redes sociais construídas com bases de interações predominantemente primárias (familiares e amigos), como por exemplo ajudas diversas prestadas a pessoas próximas em caso de necessidade. A tabela abaixo, por exemplo, nos mostra os exemplos dados pelas pessoas entrevistadas de solidariedade:

TABELA 08
PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MORADORES DE ÁREAS DE MORROS

Tipo de Prática	Sim	Não
Participa de Associação de Moradores ?	17,0	83,0
Auxilia na guarda de crianças da vizinhança	31,0	69,0
Auxilia na Construção de casas na vizinhança	21,2	78,8
Auxilia na Construção de equipamentos de Infra-estrutura no Bairro	15,8	84,2

FONTE: levantamento Direto.

Como percebemos na tabela 08, que indica práticas de solidariedade mais freqüentes da população estudada, há uma diferença bastante significativa entre o item “auxilia na guarda das crianças”, com uma freqüência de 31% e aquele referente a “auxílio na construção de equipamentos de infra-estrutura urbana”, com 15,8% de freqüência. Estes dados nos sinalizam o fato de que práticas de solidariedade acontecem prioritariamente em esferas de sociabilidade onde a distância social é menor (o fato de, por exemplo, as redes familiares serem as primeiras a serem acionadas em caso de necessidade), isto é, se verificam com mais freqüência na esfera privada. Processos de cooperação que se estabelecem em esferas de sociabilidade onde as interações são menos freqüentes são mais raros e demandam ações organizativas mais consistentes. Há, porém, a possibilidade de que estes processos estabeleçam com mais facilidade conexões com atores da esfera pública (instituições) mais facilmente. É o caso, por exemplo, de mutirões, bastante freqüentes em comunidades de baixa renda. Populações com experiência em mutirões provavelmente têm mais facilidade em organizar-se em associações.

As práticas de sociabilidade estabelecidas quotidianamente pela comunidade muitas vezes (e principalmente aquelas que têm origem em relações sociais do tipo primárias) não derivam em potencializadores de processos associativos. Existem instrumentos mediadores entre estas esferas do mundo da vida e aquelas diretamente ligadas à esfera pública (Instituições de caráter essencialmente político). São as Instituições a que se ligam o indivíduo na sua vida quotidiana (Igrejas, clubes recreativos, espaços de lazer, etc) que têm função importante na potencialização dos espaços de intercâmbio entre os moradores e o movimento associativo. É bastante comum a existência de estreita relações entre a Associação de moradores e instituições atuantes no bairro - Igreja, clubes de futebol, Instituições recreativas diversas, etc - muitas delas organizadas diretamente pelas Associações. Estas instituições são o elo importante entre as redes sociais construídas na esfera da vida privada dos moradores e o movimento associativo.

³⁹ Ver, sobre o fenômeno de recrutamento de militantes, SNOW, David; ROCHFORD, Burke. Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*, 1986, vol 51: 464-481

IV. REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos associativos não podem ser estudados enquanto entidades que atuam isoladamente; estão inscritas no cenário do poder local e suas atividades só são exitosas a partir do momento em que a associação estabeleça intercâmbios com outros atores sociais. A análise dos movimentos segundo sua inserção em redes sociais constitui-se em poderoso instrumento metodológico, na medida em que nos permite avaliar adequadamente as estratégias, os recursos e a densidade política destes movimentos.

A análise da constituição das redes dos movimentos podem ser analisada a partir da maneira de como estas redes estão estruturadas: territorialidade, natureza das conexões estabelecidas, relações destas associações existentes com a capacidade de mobilização de recursos do movimento, etc.

A nossa análise tem por fonte de dados básica informações recolhidas com questionários aplicados em associações de três localidades da Região de Casa Amarela⁴⁰. São Associações de moradores relativamente pequenas, a maioria delas sem sede própria (59% das associações de moradores não possuem sede própria; as reuniões, bem como a maior parte das atividades é realizada na casa do líder comunitário). Boa parte destas associações (45,5%) não dispõem de recursos financeiros estáveis para a manutenção de suas atividades, e a maior parte delas (54,6%) é estruturada com um número de sócios inferior a 100 pessoas, embora 18% delas tenham um corpo de associados que variam entre 200 a 350 pessoas. São como vemos, associações relativamente pequenas. Existem, entretanto, algumas delas que de certa forma têm consideravelmente mais recursos que a maioria, conseguindo mobilizar mais pessoas e carrear mais recursos para a comunidade. O volume de recursos que a associação consegue angariar significa concretamente uma maior probabilidade de sobrevivência e de apoio da comunidade⁴¹. A tabela abaixo nos mostra uma associação bastante grande entre os recursos das associações e os indicadores de vida associativa. Observa-se, por exemplo, que há uma associação bastante forte entre o grau de participação dos moradores e o fato de a associação possuir sede própria e de dispor de fontes de financiamento.

⁴⁰ Foram aplicados 22 questionários, distribuídos em três localidades: Córrego do Genipapo, Macaxeira/Burity e Nova descoberta.

⁴¹ O volume de recursos mobilizados é função direta da capacidade da liderança e dos moradores em obter apoios da sociedade local. Há, neste caso, uma certa indeterminação no que diz respeito ao nível de importância dos líderes ou da “consciência política” dos moradores enquanto maiores responsáveis pelo êxito da mobilização dos recursos.

TABELA 09

Matriz de Correlação: Recursos das Associações/Indicadores de Vida Associativa

	Participação dos Moradores nas reuniões	Reuniões com a diretoria	Reuniões com os moradores
Número de Diretores das	0,21 * (01)	0,53 * (02)	0,45 * (03)
Número de Sócios da Entidade	0,49 * (04)	0,46 * (05)	0,47 * (06)
Se a entidade possui rede própria	0,42**	0,65 ***	0,46 ***
Fontes de financiamento da entidade	0,50 **	0,48***	0,30***
Participação em movimentos	0,21 **	0,68***	0,56***
Filiação a alguma federação	0,70**	0,28 ***	0,31 ***

Fonte: levantamento direto

(01), (02), (03) Variável dependente Número de Diretores

(04), (05), (06) Variável dependente Número de Sócios da entidade

* Eta; **Gama; *** Cramer

Neste sentido, também importa observar que fator importante para a mobilização dos moradores (indicado pela frequência das reuniões com os moradores) é a capacidade de a associação em oferecer serviços. As associações que conseguem ofertar serviços à comunidade têm respostas tanto na quantidade de sócios, quando na frequência destas pessoas às reuniões. Com efeito, as tabelas 10 e 11 nos mostra que há uma associação bastante forte entre o número de sócios da entidade, ao lado da frequência dos moradores às reuniões com as atividades desenvolvidas pela associação. Interessante também a observar é que o fato da existência de sede própria a princípio não se constitui em obstáculo para o desenvolvimento das atividades associativas. A associação existe, mas é bastante menos significativa do que aquela existente com o número de sócios da entidade. Também verificamos que, no caso principalmente das atividades educacionais, na promoção de serviços de saúde ou de outras atividades que requeiram maior volume de recursos e serviço mais especializado, a participação dos moradores diminui. É o que verificamos, por exemplo, quando associamos os indicadores de vida associativa e os de atividades: a promoção de atividades educacionais está mais fortemente associada com as reuniões da diretoria (0,53), enquanto que a promoção de festas e reuniões sociais, ao lado da promoção de atividades esportivas têm uma associação mais forte com a frequência de reuniões com os moradores (0,45 e 0,59 respectivamente).

Estas atividades são desenvolvidas em proporções bastante significativas pelas associações pesquisadas. São o que chamamos de atividades de prestação de serviços, que oferecem incentivos seletivos aos moradores para a participação, mas que não se constitui em objetivo prioritário das associações, o de reivindicar por serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana junto aos órgãos públicos (que é a principal função atribuída às associações segundo os líderes e os moradores entrevistados)

TABELA 10

Matriz de Correlação: Recursos das Associações/Indicadores de Atividades

	Promove atividades educacionais	Promove atividades esportivas	Promove festas ou reuniões sociais
Número diretores da entidade	0,31 * (01)	0,28 * (02)	0,44 * (03)
Número de sócios da entidade	0,27 * (04)	0,35 * (05)	0,43 * (06)
Entidade possui sede própria	0,25 ***	0,20 ***	0,05 ***
Fontes de financiamento da entidade	0,39***	0,10***	0,31***
Participação em movimentos	0,41***	0,57***	0,57***
Filiação a alguma federação	0,17***	0,28***	0,31***

Fonte: levantamento direto

(01), (02), (03) variável dependente: Número de diretores da entidade

(04), (05), (06) variável dependente: Número de sócios da entidade

*Eta; ***Cramer

Fonte: levantamento direto

TABELA 11

Matriz de Correlação: Indicadores de Vida Associativa/Indicadores de Atividades

	Participação dos Moradores nas Reuniões	Reuniões com a Diretoria	Reuniões com os Moradores
Promove Atividades Educacionais	-0,13*	0,53**	0,33
Promove Atividades Esportivas	0,15*	0,38**	0,59**
Promove Festas ou Reuniões Sociais	0,29*	0,42**	0,45**

FONTE: Levantamento Direto

* Gama ** Cramer

A vida associativa, como vimos tem picos de mobilização, mas não pode ser creditada exclusivamente as ações de natureza reivindicativa, de mobilização popular. Boa parte dos empreendimentos da associação tem origem nos trabalhos desenvolvidos pelas suas lideranças (que constroem seu capital político, quer dizer, seu instrumento de barganha junto as diversas instituições com que se relaciona a partir de sua experiência e capacidade em desenvolver atividades em sua comunidade), e estas ações são desenvolvidas com razoável apoio externo, isto é, com recursos oriundos de outras fontes que não aquelas levantadas na comunidade. Desta forma, A relação entre os indicadores de atividades desenvolvidas na associação e os de articulação do movimento com outras instituições nos informam da densidade das redes sociais estabelecidas, especificamente aquelas designadas por redes instrumentais. A tabela 13 nos dá a dimensão destas redes. Observamos, com efeito, que promoção de trabalhos de natureza educativa, desportiva ou a promoção de festas e reuniões sociais estão em associação com diversas instituições com que a associação mantém contato. Estas instituições podem ser divididas em três grupos básicos: (a) grupos comunitários; (b) grupos de organizações não governamentais; e © grupos governamentais ou ligados à esfera política.

TABELA 12:
indicadores de Atividades Promovidas pelas associações

Tipo de Atividade	Proporção das associações que desenvolvem esta atividade
Atividades Educacionais	49,9
Atividades esportivas	45,5
Festas ou reuniões sociais	36,4
serviços de saúde	27,3

FONTE: Levantamento Direto

Os grupos comunitários nos indicam uma articulação cooperativa entre as associações de moradores no esforço para o desenvolvimento de trabalhos. Imagina-se que as atividades desenvolvidas juntamente com outras associações fortaleçam o movimento e crie laços de identidade entre as diversas comunidades participantes. Como se lê na tabela 14, as associações de moradores pesquisadas mantêm intensa comunicação com o movimento popular. 63,6% das associações pesquisadas já desenvolveram algum trabalho em conjunto com outra associação de moradores, e 45,5% destas associações são filiadas a alguma Federação de associações de moradores. Entretanto, estes trabalhos realizados em conjunto não resultam em mobilização de recursos para a promoção de alguma atividade no interior da comunidade. A tabela n. 13 nos indica que as atividades listadas (que são bastante freqüentes na prática das associações estudadas) apresentam um índice de associação com os indicadores “desenvolve lutas com outras associações” e “filiação a alguma federação” bastante reduzido. O que nos pode indicar a natureza destas associações, provavelmente envolvendo atividades de intercâmbio que demandem poucos recursos ou mesmo sem ligação direta com alguma prática localizada. Quer dizer, ações de caráter mais geral, mas que não beneficiem diretamente nenhuma comunidade; fato que também se confirma quando observamos que as atividades ligadas com esportes e festas ou reuniões - que provavelmente podem ser empreendidas com o benefício de várias comunidade e conta com mais possibilidade de mobilização de recursos no interior das próprias comunidades apresenta uma associação maior do que, por exemplo, a promoção de atividades educacionais.

TABELA 13
Matriz de correlação: Indicadores de Atividades/Indicadores de Articulação com o Movimento

	Promove Atividades Educacionais	Promove Atividades Esportivas	Promove Festas ou Reuniões Sociais
Luta com Outras Associações	0,05	0,12	0,18
Filiação a Alguma Federação	0,17	0,28	0,31
Recebeu Ajuda de ONG	0,33	0,04	0,38
Realizou Trabalho Junto com a Igreja	0,25	0,35	0,14
Recebeu Ajuda de Grupos fora da Comunidade	0,42	0,36	0,50
Convênio com Órgãos Públicos	0,42	0,36	0,29
Recebeu Ajuda de Políticos	0,09	0,28	0,11

Fonte: levantamento direto Todas as correlações foram estabelecidas com Cramer

TABELA 14: Trabalhos realizados em associação com outras instituições

Natureza da atividade	índice de participação
Se realizou trabalho com a Igreja	40,90
Se recebeu ajuda de ONG	18,2
Se recebe ajuda de político	18,2
Se recebeu ajuda de grupos fora da comunidade	31,8
Se desenvolve atividades com outras associações	63,6
Se a associação é filiada a alguma federação	45,5

FONTE: Levantamento direto

A articulação das associações com entidades não governamentais e de natureza religiosas apresenta um grau relativamente alto de associação. Existe, desta forma, maior possibilidade de associações que mantém intercâmbios com entidades religiosas ou Organizações não governamentais de desenvolverem atividades educativas, desportivas ou de natureza lúdica. Uma questão que aqui se coloca como importante diz respeito à natureza destes intercâmbios. Existe uma certa competição entre as associações de moradores por recursos. Atuando várias delas em uma mesma área, as que conseguem mobilizar mais recursos dispõem de mais chances de conquistar uma clientela maior, fortalecendo-se. Como se dão as relações entre as associações e estas instituições ? de que forma, por exemplo, uma ONG elege uma área para intervir? Qual o grau de dependência da associação de moradores em relação aos projetos propostos pelas ONGs ou grupos religiosos ? A tabela 14 nos informa que, relativamente à Igreja ou a Outros grupos não identificados, as ONGs atuam com relativamente menos intensidade nas comunidades. A Igreja, dado o seu caráter de existência já enraizada nas comunidades talvez não provoque competição entre as associações por sua colaboração⁴². As ONGs e os outros grupos localizados fora da comunidade, entretanto, provavelmente são bastante disputados entre as associações, pois significam recursos, desta forma, possibilidade de sobrevivência do movimento.

O outro terceiro grupo, aquele construído por políticos e Órgãos públicos⁴³. Estes grupos são bastante importantes para a associação de moradores, tanto no que diz respeito à mobilização de recursos para o desenvolvimento de certas atividades, quanto em relação a consolidação das redes sociais construídas pelas associações, elementos indispensáveis para o sucesso de suas atividades. Esta cooperação - especialmente a das associações de moradores com políticos - também é a mais subterrânea, desenvolvida corriqueiramente, mas não assumida. Observe que a categoria “recebeu ajuda de de grupos fora da comunidade” - a que apresenta maiores índices de associação com os indicadores de atividades desenvolvidas pelo movimento comunitário - talvez encubra uma cooperação bastante estreita entre os líderes comunitários e os políticos profissionais, que se utilizam das associações de moradores para formar a sua clientela eleitoral. Os líderes comunitários relutam em admitir que recebem ajuda de políticos para o desenvolvimento de suas atividades (a tabela n.14 nos informa que apenas 18,2% deles admitem). Entretanto, como nos mostra a tabela 15, boa parte dos líderes comunitários estabelecem contatos com políticos profissionais que podem com certeza qualificar uma estreita relação. Esta relação obviamente é um caminho de mão dupla: da mesma forma que os líderes comunitários servem de ponte entre os políticos comunitários e os eleitores, estes políticos garantem a estabilidade da liderança na medida em que conseguem recursos para o desenvolvimento dos trabalhos das associações de moradores. A categoria “recebeu ajuda de outros grupos da comunidade” - a que apresenta maior índice de associação com as atividades desenvolvidas nas associações de moradores - talvez possa indicar esta importante contribuição dada pelos políticos profissionais às associações de moradores. Quando perguntados sobre que grupos seriam, apenas a categoria de “comerciantes” - que representa 14,29% do total dos grupos de fora da comunidade que auxiliam nos trabalhos da Associação - é claramente indicada. As outras respostas (pessoas voluntárias, outros) não são claras, o que pode encobrir esta relação bastante difícil de ser assumida⁴⁴.

TABELA 15. Indicadores da relação entre líderes comunitários e políticos profissionais

Tipo de relação	índice
Se possui identificação partidária	40,9
Se utiliza do conhecimento dos políticos para realizar trabalhos na	50,0

⁴² Observe que a Igreja é uma instituição importante na socialização política das lideranças comunitárias e na formação do movimento associativo

⁴³ Neste grupo poderíamos também com certeza incluir algumas entidades pertencentes a grupos fora da comunidade, designação bastante imprecisa mas que talvez encubra por exemplo grupos de políticos que corriqueiramente desenvolve atividades de natureza clientelística nas comunidades, utilizando-se do suporte de algumas associações de moradores.

⁴⁴ Por motivos óbvios: a pecha de “clilentalista” ou “líder pelego” é um estigma bastante prejudicial na imagem do líder comunitário

associação	
se alguém da diretoria da Associação já trabalhou na eleição de algum político	81,8
Se recebe ajuda de político	18,2

FONTE: pesquisa direta

Finalmente, uma associação de moradores não pode ser compreendida completamente sem o conhecimento da trajetória de sua liderança. O papel da liderança é fundamental para o desenvolvimento das atividades associativas. Já observamos que as associações de moradores da área estudada não contam com uma participação intensa dos moradores, embora sejam bastante reconhecidas enquanto instrumento importante para veicular as suas reivindicações. Estas associações, contando com um staff operativo de líderes, militantes e participantes ocasionais, encontram na liderança uma ponte para as construções das redes instrumentais necessárias ao bom desempenho do movimento associativo. O processo de socialização destas lideranças, que compreende toda uma série de aprendizado sobre de que forma instrumentalizar os recursos necessários ao desempenho de suas entidades, é normalmente realizado a partir de constantes experiências vivenciadas pela liderança em instituições políticas diversas. Partidos políticos, Igrejas, experiências em movimento comunitário são os locais mais lembrados na trajetória de aprendizado das lideranças. E estes vínculos estabelecidos se constituem em instrumentos importantes para o estabelecimento de contatos e empreendimentos conjuntos. Com efeito, a tabela 15 nos mostra que existem associações importantes entre o desenvolvimento de atividades associativas com a trajetória política das lideranças. A sua identificação partidária, o fato de ter exercido trabalhos comunitários em outras associações e o fato de ter realizado trabalhos com políticos profissionais são importantes para o êxito na realização de atividades na associação de que faz parte atualmente.

Da mesma forma, esta trajetória política das lideranças se constitui em importante instrumento de consolidação dos recursos da associação de que faz parte, medido aqui a partir de uma série de indicadores que nos mostram que de qualquer forma a consolidação destes movimentos de moradores está em estreita associação com a experiência destes líderes. Importante observar que o fato de estas lideranças terem uma experiência acumulada em outros movimentos fortalece a associação de que faz parte; com efeito, existe uma relação fortíssima entre o número de sócios da entidade e a trajetória destas lideranças, sugerindo o fato de que líderes mais experientes e mais articulados conseguem ter mais êxito em seus trabalhos, atraindo, desta forma mais seguidores.

Tabela 16:

Matriz de Correlação: Trajetória Política do Entrevistado/Indicadores de Atividade

	Se já Exerceu Liderança em Outra Associação	Identificação Partidária	Tempo de Participação em Movimentos Comunitários	Alguém da Diretoria já Trabalhou na Eleição de Políticos
Promove atividades Educacionais	0,09 ***	0,06 ***	0,53*	0,09 ***
Promove atividades Esportivas	0,26 ***	0,02 ***	0,41*	0,28 ***
Promove Festas ou Reuniões Sociais	0,17 ***	0,14 ***	0,41*	0,13 ***

Fonte: levantamento direto

* Eta. Variável dependente: tempo de participação em movimentos comunitários

*** Cramer

Tabela 17:

Matriz de Correlação: Trajetória Política do Entrevistado/Recursos dos Associações

	Se já Exerceu Liderança em Outra Associação	Identificação partidária	Tempo de Participação em Movimentos Comunitários	Alguém da Diretoria já Trabalhou na Eleição de Políticos
Número Diretores da Entidade	0,54 ***	0,60 ***	0,73*	0,92 ***
Número de Sócios da Entidade	0,94 ***	0,88 ***	0,80*	0,70 ***
Entidade Possui Sede Própria	0,30 ***	0,06 ***	0,17*	0,09 ***
Fontes de Financiamento da Entidade	0,19 ***	0,39 ***	0,25*	0,29 ***
Participação em Movimentos	0,40 ***	0,64 ***	0,52*	0,73 ***
Filiação a Alguma Federação	0,15 ***	0,02 ***	0,29*	0,19 ***

Fonte: levantamento direto

** Gama *** Cramer. * Eta A variável dependente é Tempo de participação no movimento

CONCLUSÕES

Apresentamos aqui algumas indicações de como o fenômeno dos movimentos reivindicativos urbanos podem ser abordados a partir da consideração dos processos embutidos nas redes sociais. É uma abordagem pouco comum, mas que tem a vantagem de reconstituir a trajetória dos movimentos a partir de sua inserção em redes, admitindo-se que o sucesso do movimento depende do volume de recursos que consegue carrear para a comunidade que representa, e que a associação destes movimentos com outras instituições é condição fundamental para tal tarefa.

Os dados de que dispomos não nos permite responder satisfatoriamente à questão de saber que relações existem entre as redes de solidariedade e instrumentais; mostramos, entretanto, que, independentemente do nível de associação existente entre o movimento e a comunidade que representa (a já tão estudada relação entre a liderança e sua base política), o sucesso da Associação de moradores depende da satisfação da comunidade no que diz respeito às ações empreendidas. Quer dizer, que a capacidade de uma associação em consolidar-se enquanto representante de uma comunidade está em relação direta com sua capacidade de mobilizar recursos. Importa observar que as associações empreendem entre si verdadeiras batalhas na busca de reconhecimento em sua comunidade. Existem várias associações disputando em um mesmo território o reconhecimento político; as com maior possibilidade de êxito são aquelas que conseguem estruturar mais adequadamente seus contatos com a estrutura de poder local. Quer dizer, as redes instrumentais são mais desenvolvidas entre as associações e as instituições externas à comunidade que entre as instituições existentes no interior da própria comunidade (constata-se uma maior densidade das redes estabelecidas entre as associações e outras instituições)

As associações de moradores representam hoje uma importante instituição de suporte às condições precárias de sobrevivência das comunidades de baixa renda do Recife. São reconhecidas enquanto tal, a população lhe atribui a tarefa de prestar serviços à comunidade e, embora às vezes não participando diretamente no movimento, cobra com bastante veemência. O preço do não-reconhecimento significa a deslegitimação da liderança, o abandono de sua comunidade e conseqüentemente o enfraquecimento de seu poder de barganha com as instituições com que estabelece relações. Há deste modo uma complexa relação entre a comunidade, as associações de moradores e suas lideranças, estrutura essa que, se bem compreendida, deve ser associada à macro-estrutura de poder local.

BIBLIOGRAFIA

- ALFORD, Robert; FRIEDLAND, Roger. *Powers of theory: Capitalism, the state and democracy*. New York, Cambridge University Press, 1988
- BARNES, J.A. redes sociais e processo político. *in: A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização* e introdução de Bela FELDMAN-BIANCO. São Paulo, Global, 1987, pp.159-192
- BEZERRA, Marcos Antônio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro*, Relume Dumará, ANPOCS, 1995
- BITOUN, Jan. *Intervenção no espaço: memória e identidade - ensaio sobre o Recife*. Recife, UFPE, s/d.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986
- COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *in: Novos Estudos CEBRAP*, n.38, março 1994, pp. 38-52
- DUVERGER, Maurice. *Les Partis Politiques*. Paris, Ed. du Sueil
- ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Clientelismo urbano e movimento popular: a construção das redes de poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.181, Belo Horizonte, julho de 1995, pp. 119-159
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. A estrutura organizacional das Associações políticas voluntárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, outubro, 1996
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Movimentos reivindicativos urbanos e poder local. *in: Caderno de Estudos Sociais*. Recife, vol. 6, n.02, jul-dez 1990, pp. 225-231
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Movimentos Reivindicativos Urbanos em Recife. Relatório de Pesquisa. Recife, CNPq-UFPE, 1994
- FOOTE-WHYTE, *Street Corner Society - the social structure of an italian Slum*. Chicago, The University of Chicago Press, 1981
- GOULD, Roger. Collective Action and network structure. *American Sociological Review*, 1993, vol 58, pp. 182-196
- HABERMAS, Jürgen. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris, Gallimard, 1988
- LOMNITZ, Larissa Adler. Supervivencia en una barriada en la ciudad de Mexico. *in: LOMNITZ, Redes sociales y poder: ensayos de Antropologia Latinoamericana*. Mexico, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1994
- POLANYI. The economy as Instituted Process. *in: Economic Anthropology*, 1986, pp.122-142
- POULANTZAS, Nikos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro, Ed. Graaal, 1980
- RANDOLPH, Reiner. *Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais*. V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 1993, mimeo, 11 fls.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos Humanos da forma urbana. Hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana* (colección Arquitectura/ Perspectivas). GG Editor, Madrid.
- SCHERRER-WARREN, Ilse. *Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais*. VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR (Sessão Temática Agentes e formas de interação sócio-espacial). Brasília, 22 a 26 de maio de 1995, mimeo
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade - um exemplo da sociologia pura ou formal. *in: SIMMEL, Georg. Sociologia/Organizador [da Coletânea] Evaristo de Moraes Filho*. São Paulo, Ática, 1993, pp.165-181
- SNOW, David; ROCHFORD, Burke Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*, 1986, vol. 51: 464-481
- TOURAINÉ, Alain. *La voix et le regard*. Paris, Sueil, 1978